



SENADO FEDERAL
Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE - CSF



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Transparência da Administração Pública e na Prevenção à Corrupção e Processos de Investigação”. O correspondente plano de trabalho, com proposta de realização de reuniões temáticas, audiências públicas, seminários e viagens, será permanentemente construído no decorrer do processo ao deferimento deste requerimento e de comum acordo com outros membros dessa Comissão, sob a presidência e decisão de V.Ex^a

JUSTIFICAÇÃO

As atuais transformações sociais, que se processam a partir da inserção cada vez maior na vida cotidiana de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, demonstram importantes necessidade de se debater o modo de agir e funcionar da Administração Pública. Esta percepção torna-se principalmente notável pela rapidez com que diversas mudanças estão sendo instauradas, deixando visível uma influência direta da nova tecnologia no contexto social. E, mais do que isso, ampliando uma percepção das relações entre a tecnologia e a

comunicação com as formas de organização sociais, políticas e econômicas. Logo, as sucessivas invenções de TIC tencionam e mantêm estreitas ligações entre as formas de organização política e o funcionamento da esfera pública, condicionando os processos interativos entre governos e cidadãos.

Por sua vez, o conceito de transparência, aplicado na política, está intimamente relacionado ao significado de público, isto é, da própria constituição da esfera pública. No caso brasileiro, o debate sobre a transparência pública emerge do processo de abertura política pós ditadura militar e reorganização da sociedade civil, perdurando desde a inauguração da Constituição de 1988 até os dias de hoje. Sob as condições democráticas, a estrutura arraigadamente corrupta da administração institucional brasileira vem à tona em seguidos escândalos divulgados pelos meios de comunicação, gerando diversas ações de combate à corrupção na sociedade civil organizada.

Ou seja, a transparência é uma importante ferramenta no que tange o monitoramento de atividades – seja no setor público, seja no setor privado. É uma forma de conceder à sociedade certa proximidade com a administração pública e maior confiança por parte dos cidadãos em seus governos. Nesse sentido, em tempos de revolução digital, as TIC se tornaram importantes aliadas na relação Estado e sociedade, bem como na prevenção da corrupção.

No entanto, temos muito a evoluir e aprender com outros países. O ranking de percepção de corrupção no setor público elaborado anualmente pela organização Transparência Internacional[1] trouxe o Brasil como 105º país dos 180 avaliados – vale ressaltar, quanto melhor a posição no ranking, menos corrupção apresenta o Estado. Em 2017 a colocação brasileira era 96ª. Segundo os dados de 2018, os países menos corruptos do mundo são a Dinamarca, em 1º lugar (pontuação 88), a Nova Zelândia, em 2º (87), e Finlândia, Singapura, Suécia e Suíça em 3º (85). Na

lanterna da tabela, os países mais corrompidos são Somália (com 10 pontos), Sudão do Sul e Síria (13), seguidos por Coreia do Norte e Iêmen (14).

Assim, investir em TIC é um dos caminhos para prevenção da corrupção em um país, pois torna o cidadão a um toque das informações sobre atividades de determinado governo, de determinada empresa.

Este requerimento visa debater na Comissão Senado do Futuro as TIC, e suas experiências em outros países, de modo a contribuir para a evolução e ampliação da transparência pública, inclusive condicionada pela correlação entre o desenvolvimento das TIC e a esfera pública.

[1] <https://www.transparency.org/cpi2018>

Sala da Comissão, 2 de julho de 2019.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)